



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO
DO DIA 25 DE JUNHO DE 2015**

HORA: 14H00

LOCAL: Câmara Municipal de Alijó

EXECUTIVO

PRESIDENTE: Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

VEREADOR: João Manuel Gouveia da Costa

VEREADOR: Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

VEREADOR: José Rodrigues Paredes

VEREADOR: António Joaquim Fernandes

VEREADOR: Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

VEREADOR: Manuel Adérito Figueira

SECRETARIADO POR: João Areias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Contém _____ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

PRESIDENTE: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 16/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO

O PRESIDENTE DA CÂMARA: CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

VEREADORES PRESENTES: JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA
LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES
JOSÉ RODRIGUES PAREDES
ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES
CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS
MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: NÃO HOUVE

SECRETARIOU: JOÃO AREIAS, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

HORA DE ABERTURA: 14h00 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 18H30 HORAS

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICÍPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

a sua colocação por parte do Dr. Aníbal que toda a vida, aquela técnica serviu para enterrar o concelho, interpretando as leis sempre no sentido da reprovação dos projetos apresentados e não na sua aprovação. Considera que a Eng.ª Zélia devia ter o mínimo de consciência, na interpretação da lei e promover o melhor para o concelho. Continua a dar as suas informações ao contrário da lei e não fundamentando a sua justificação. Na expressão que costuma usar “salvo melhor opinião” é sempre para chumbar. O Sr. Rui Sousa tem um problema de licenciamento de um depósito de combustível e a Sr.ª Eng.ª dá um parecer não fundamentado com a própria lei e responde como que o parecer dela fosse a própria lei. Ora a técnica em causa está a borrar-se para toda e qualquer preocupação dos empresários/municípios. Dado que a conhece, dos seus tempos de Chefe de Divisão, em que apregoava que assinava nessa qualidade, considera que atualmente, e segundo a hierarquia, deveria ser feito o mesmo, ou seja, as informações deveriam ser visadas pelo respetivo chefe de serviços. Pergunta se quer este Executivo continuar a ter, neste caso, um entrave ao desenvolvimento? Quer que a Eng.ª Zélia continue a ser um entrave ao desenvolvimento? Acrescenta que sempre a conheceu como uma técnica que em 99,9% dos casos trava e impossibilita o desenvolvimento do concelho, não foi por acaso que como prémio do seu trabalho teve a desvinculação do contrato de chefe de divisão.

O Vereador António Joaquim Fernandes, começa a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, incluindo o público, que regista com agrado a sua presença.

Começa por se pronunciar sobre a intervenção do Vereador Manuel Adérito Figueira, onde reconhece que é obrigação do Executivo dar a conhecer as preocupações dos municípios. Considera que a lei, embora um pouco “elástica”, deve servir para ajudar as organizações e as pessoas. Não acredita que haja alguém capaz de se aproveitar da lei para inviabilizar o que quer que seja.

Não podemos, por um lado, dizer que o concelho está a ficar deserto, que não há investimentos, e por outro, quando aparece alguém com projectos para investir, e por essa via fixar pessoas, deixar de os aproveitar. Dá como exemplo, a intenção de há uns anos,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

construir um lar em Vila Chã. Recorda que numa reunião com o anterior Presidente da Câmara, Dr. Artur Cascarejo, o próprio Vereador Adérito Figueira e outros técnicos da CCDRN, muitos obstáculos foram colocados, mas com a ajuda do ex-presidente da Câmara, a determinação de alguns e a vontade de todos, o lar vai ser brevemente inaugurado. Isto para dizer que a Câmara Municipal tem obrigação de contribuir e ajudar na construção da prosperidade do concelho. Quem não vence, não é aquele que perdeu, é quem desiste de lutar pela concretização dos seus objetivos.

No que concerne a ouvir os munícipes, lembra que ficou combinado, na última reunião com as Águas de Trás os Montes, que se voltaria a reunir para dar continuidade ao processo de privatização das águas, com distribuição - em baixa - do concelho. Todavia, passados 4 meses, nem reunião nem qualquer explicação do executivo permanente, sobre tão delicado assunto. Delicado, porque esta privatização implicará, mexer com as pessoas que agora desempenham funções nesse sector.

Na última reunião, falou sobre um munícipe que se referiu aos intervalos das leituras dos contadores da água (mês e meio e nalguns casos de dois meses), provocam aumentos de escalão, logo um maior dispêndio por parte das famílias.

Não podia deixar de agradecer o convite do Rancho de Santa Eugénia e felicitá-lo pela maravilhosa noite de divertimento que a todos proporcionaram. Foi o V aniversário e Festival de Folclore daquele fantástico Rancho. O concelho vive e precisa desse dinamismo, portanto, estão de parabéns pela organização, alegria e empenho que demonstraram no evento.

Relativamente à Feira da Agricultura em Santarém, sabe que estiveram presentes os vitivinicultores do concelho, concorda que se deve levar longe o nome de Alijó, mas que também se devem tirar conclusões dessa iniciativa, pelo que gostava de saber quais os dividendos para os vitivinicultores e qual o ganho para a Câmara? Por outro lado, qual o critério de escolha quanto ao número e nome das empresas expositoras na feira?

Gostava ainda de dar duas notas sobre a realização da Assembleia Municipal no Castedo.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

1º Considera ser sempre bom o poder de decisão ir junto das populações, mas se a câmara entrar e sair sem mobilizar as pessoas para esta iniciativa, não será tão proveitoso para os residentes da freguesia.

2º Deveria ser feito um levantamento das necessidades da população do Castedo. Acha que as freguesias, também teriam muito a ganhar se a Câmara Municipal realiza-se reuniões descentralizadas nas várias localidades do concelho.

Seguindo esta linha de entendimento, queria solidarizar-se com as pessoas/agricultores que sofreram com os danos causados pelas últimas intempéries, particularmente nas vinhas da freguesia de Vilar de Maçada.

Quer ainda felicitar os deputados do partido Socialista com assento na Assembleia da República e na Assembleia Municipal de Alijó, pela visita efectuada e por se solidarizarem com as pessoas que sofreram prejuízos. Felicita-os e refere que é bem mais importante a postura de visitar as populações quando estas precisam de apoio do que aparecer nas festas e inaugurações.

Quanto à Casa do Douro, coloca a seguinte questão: o que sabe o executivo permanente da Câmara Municipal, sobre o desenvolvimento deste processo ruinoso para os vinicultores e a região? O que foi feito pela Câmara Municipal, o que tenciona fazer e o que podem esperar – deste executivo – os agricultores de Alijó?

Sobre a Pousada da Juventude de Alijó, questiona: quem não gostaria de ter um estabelecimento, barato, moderno e funcional como o de Alijó? Não obstante a existência de uma pequena dívida, lembra que interessa manter aberta esta instituição. Quanto mais não seja, pelos postos de trabalho existentes, pelas pessoas que traz ao concelho e por continuarmos a ter uma instalação que albergue os turistas.

Ainda quanto aos novos stands que a Câmara comprou, onde disse em reunião de Câmara o Sr. Presidente, que as barracas metálicas estavam velhas, obsoletas e que por essa razão fazia todo o sentido comprar umas novas. Mas qual não foi o seu espanto, quando presenciou a montagem das mesmas barracas velhas e obsoletas a ser montadas no



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

principal jardim de Alijó! Pergunta? Por onde andam os modernos, funcionais e “esteticamente bonitos” os tão necessários stands?

Agradeceu o convite remetido pela Organização das Marchas Populares de S. Mamede de Ribatua para assistir às marchas populares, e à Junta de Favaios para a comemoração do 24.º aniversário de elevação de Favaios a vila. Pede ainda compreensão pela impossibilidade de ter estado presente.

O Vereador Miguel Rodrigues tomou a palavra e disse:

“- Relativamente à intervenção do Vereador Adérito Figueira, considero que foram levantadas questões pertinentes.

Nos organismos públicos e nos Municípios em particular, muito se tem falado em “simplex”, mas por vezes aquilo a que assistimos é a um “complex”, isto é, a uma complicação nos procedimentos que muitas vezes seria evitável.

É muito importante que, assegurando-se o respeito pela legislação vigente e pelo rigor dos procedimentos, haja celeridade e vontade de ajudar os munícipes na resolução dos seus problemas, evitando-se que as pessoas se desmotivem, não conseguindo concretizar as suas pretensões, quando estas são legítimas. E exigem-se cuidados acrescidos quando estão em causa empresas e investidores, na defesa dos empregos que geram e do seu contributo para a economia local.

Também nos procedimentos internos nesta Câmara, não devemos apenas observar as informações que os técnicos apresentam, mas também as decisões dos membros do executivo que tutelam os respetivos pelouros e que avalizam aquelas informações técnicas. Isto é, compete ao executivo permanente analisar com cuidado as informações técnicas que recebe e não limitar-se a “assinar de cruz”.

Também para que essa informação seja a mais cuidada possível, deveriam ser sempre envolvidos nos procedimentos os chefes das unidades orgânicas respetivas, antes de as informações serem encaminhadas para o executivo.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

- Segundo informação tornada pública recentemente, terminou no passado dia 8 de junho o prazo para apresentação das candidaturas no concurso lançado pela Movijovem para concessão de 14 pousadas de juventude, incluindo a de Alijó.

Desconheço se houve interessados na concessão da pousada de juventude de Alijó, sabendo que esta matéria não reuniu consenso na Assembleia da República, tendo sido apresentados projetos de resolução por grupos parlamentares da oposição contra esta concessão.

Já aqui trouxe esta matéria em anteriores reuniões de Câmara. Penso que a Câmara Municipal não pode deixar de ter uma opinião sobre esta intenção de concessionar a gestão da pousada de juventude.

Todos estamos conscientes que o turismo é e será cada vez mais essencial para a economia local neste concelho. E nessa medida, a pousada de juventude é uma âncora fundamental. É um equipamento único nesta região (estando encerrada a de Vila Real, a pousada mais próxima é a de Vila Nova de Foz Côa).

Por isso a Câmara Municipal deve acompanhar este processo que tem muita importância local e regional.

- Constatei que a próxima sessão da Assembleia Municipal, convocada para o próximo dia 30 de junho, terá lugar no Centro Recreativo do Castedo, sendo a primeira vez que a AM sairá de Alijó.

Desconheço as razões dessa decisão da Presidente da Assembleia Municipal, mas acredito que seja uma forma de valorizar a localidade do Castedo e a União das Freguesias de Castedo e Cotas.

Mas, em complemento, essa valorização deveria passar também e sobretudo por ações concretas que digam diretamente respeito às populações. No caso do Castedo, coloco a questão da ampliação do cemitério, que é uma reivindicação antiga da população, bem como a beneficiação da estrada municipal Granja / Castedo, que se encontra muito deteriorada e constitui um perigo real para quem lá circula.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Com a resolução de problemas concretos, é que as localidades são devidamente valorizadas.

Mas esta decisão da Presidente da Assembleia Municipal constitui também um desafio para a Câmara Municipal.

Pois se a Assembleia Municipal, que tem 35 membros, se desloca para as freguesias do concelho, porque razão a Câmara, que tem apenas 7 membros, não há de também fazê-lo? É um princípio importante que defendo, este da aproximação entre eleitos e eleitores, que tenho vindo a inscrever nos programas eleitorais das candidaturas autárquicas que encabecei, no sentido de as reuniões públicas de Câmara, sempre que possível, se realizarem de modo descentralizado nas freguesias do concelho.

É um desafio a que esta Câmara deveria responder positivamente.

- Na data de hoje, foi publicado mais um aviso de abertura de um concurso para recrutamento de mais um estágio no PEPAL, para uma licenciatura em arquitetura.

Questiono o que justifica a abertura de mais este estágio, sendo que a licenciatura em arquitetura estava já contemplada num outro recente concurso do PEPAL, em que a Câmara abriu sete vagas para licenciados, sendo um deles em arquitetura.

A mesma questão para a vaga aberta no dia 19 de junho para mais um estágio para uma licenciatura em informática.

- Relativamente à presença do Município de Alijó na Feira Nacional de Agricultura, manifesto concordância com a intervenção do Vereador António Fernandes e questiono também quais os critérios na escolha dos 11 produtores locais que lá estiveram presentes e se a Câmara Municipal contactou outros produtores, estendendo o convite para essa presença.

- Por último quero agradecer à Junta de Freguesia de Favaios o convite para comparecer às comemorações da elevação de Favaios a Vila.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

O Vereador João Manuel Gouveia da Costa agradeceu os convites remetidos pela Organização da Marcha Popular de S. Mamede de Ribatua, e pela Junta de Favaios, mas não conseguiu estar presente.

Felicita as presenças na manifestação cultural levada a efeito pelas cascatas de S. João.

Parabeniza a Presidente da Assembleia Municipal pela descentralização da sessão ordinária do mês de junho.

Informa que foi confrontado por um munícipe que lhe perguntou pelo arranjo do caminho agrícola entre Favaios e Castedo.

Disse que esteve presente na Feira da Agricultura em Santarém, e teve oportunidade de fazer uma prova. Verificou também que haviam mais produtores, para além dos do núcleo de Alijó.

Quanto à situação da Eng.^a Zélia, considera que requer um esforço acrescido do político para lidar com essa técnica. Complementa dizendo que devem tentar humanizar a lei. Disse ainda que quando trabalhou com a Eng.^a Zélia, procurava arranjar soluções, coisa que esta técnica não fazia.

Tomou novamente a palavra o Vereador Manuel Adérito Figueira que acha que é fácil colocá-la a trabalhar, porque considera que existem trabalhos que pode fazer, como por exemplo a legalização de bairros sociais. Estes bairros foram feitos para aproveitar os fundos comunitários de então. Agora face ao novo PDM, urge regularizar.

Quanto à descentralização da Assembleia Municipal, acha que vão estar poucas pessoas presentes, mas gostava de estar enganado.

O Vereador José Rodrigues Paredes disse que ouviu o Vereador Adérito Figueira com atenção sobre a Eng.^a Zélia, e concorda a 90% com o que referiu. Mas pergunta como é que esta técnica esteve neste lugar 20 anos e como lhe foi delegada essa competência? Informa que desde a tomada de posse do novo chefe de serviços, que não despachou mais nada com essa técnica.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Relativamente ao Eng.º Rui Sousa, já confirmou que houve uma reunião onde existiu um acordo entre as partes envolvidas, e acresce que desde que há chefia nesse serviço, só despacha com o novo chefe.

Relativamente à estrada do Castedo tem sido agredida com ruturas quase diárias. Já estão a trabalhar, i.e., a quantificar o valor para arranjar e marcar esta estrada, não só até ao Castedo, mas até ao término da freguesia (Casal de Loivos).

Sobre o caminho agrícola Favaios/Castedo, a primeira competência é da Junta de Freguesia, contudo não é colocada de lado, há trabalhadores e sapadores que vão iniciar funções e é uma situação que não está esquecida.

Quanto às leituras dos consumos de água, estão a ser tomadas diligências para averiguar os casos marginais que têm aparecido, mas também já foi solicitado aos serviços para que informem os leitores dessas situações.

Tomou a palavra a Vereadora Cristina Felgueiras que felicitou a Junta de Freguesia de Favaios, bem como o Rancho de Santa Eugénia pelo seu V Festival de Folclore. Parabeniza ainda o Rancho de Alijó pela organização das cascatas de São João. É verdade que o número de participantes diminuiu, havendo menos duas cascatas neste ano.

Dá também os parabéns a São Mamede pela organização das marchas.

Informa que o Padre Jorge pediu a colaboração da Câmara Municipal para receber a imagem da Nossa Senhora de Fátima, nos dias 9 e 10 de julho, cuja imagem tem passado nas sedes de concelho.

Comunica que na noite de hoje haverá um espetáculo dos utentes da APPACDM no anfiteatro das Piscinas Municipais de Alijó.

Quanto à Eng.ª Zélia, é curioso que seja o Vereador Adérito Figueira a levantar esta questão. Este entrave já vem de há anos. A Eng.ª Zélia é um quadro muito bem pago, logo terá que trabalhar.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

O Presidente da Câmara disse que concorda com o Vereador Adérito Figueira quanto à Eng.ª Zélia, decerto se lembrará da primeira vez que foi chamada à Reunião de Câmara e que não foi capaz de dar resposta ao questionado. Acrescenta que quando este Executivo tomou posse era essa técnica que tinha as competências na área do urbanismo. Sabe que é das trabalhadoras com mais formação adquirida. Quanto aos despachos, têm sido feitos com o chefe da unidade, pontualmente pode ter acontecido o contrário.

Quanto à Pousada da Juventude, considera que a Câmara Municipal não tem perfil, competências técnicas e financeiras para tomar conta de um negócio que tem 22% de ocupação anual, pelo que considera que há privados melhor colocados para a gestão da mesma.

Quanto à descentralização da Assembleia Municipal, era uma das medidas a que este Executivo se tinha proposto.

Relativamente ao PEPAL na 1.ª fase tínhamos uma vaga para arquitetura, mas ficou deserto, paralelamente o Eng.º Rui Elias tem estado de baixa. Assim, abriu-se uma vaga para informática. Na 2.ª fase foi-nos atribuída mais uma vaga que foi canalizada para arquitetura.

Na Feira da Agricultura em Santarém foram dados os parabéns a Alijó pela sua presença. O critério foi os que foram possíveis, não obstante os convites, com base numa listagem que vinha da Revidouro. Mais, foram efetuadas 400 provas vendidas, pelo que foi uma participação bastante positiva. O retorno, por certo não é imediato, é um percurso que é importante fazer.

Quanto aos prejuízos da intempérie, sabe que em média houve um prejuízo entre 5 a 10% no concelho de Alijó.

No que se refere à guerra da Casa do Douro, e conhecendo a justiça portuguesa, tudo se irá atrasar, no entanto o Presidente do IVDP pode usar a prerrogativa de indicar o quantitativo de vinho generoso para este ano sem que a produção esteja representada no Concelho Interprofissional.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

O grémio está penhorado. Existiu um despacho que deu a posse administrativa do edifício à Casa do Douro.

Relativamente ao problema das águas, disse que a água em alta passou para a gestão das Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Todavia estamos num impasse, pois requer um conhecimento profundo e consciente.

Quanto aos stands, na Festa do Livro e da Criança foram montadas pela primeira vez e foram também hoje montadas para a festa da APPACDM.

O Vereador Manuel Adérito Figueira disse que teve um desabafo com a D.ª Ana Maria, e acha que é a única funcionária que não tem computador. Até os estagiários o têm.

A Vereadora Cristina Felgueiras disse que estranha a observação uma vez que a D. Ana se encontra de baixa há muito tempo. Mas ainda assim, dispõe de um computador no seu local de trabalho.

Pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira foi dito que:

“Solicita-se aos membros presentes que, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva votação.”

»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»» **DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA** ««««««««««««««««««««««««

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária de 11/06/2015.

Deliberação: aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador José Rodrigues Paredes por não ter estado presente.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

1.2 Presente informação 179-2015, referente ao horário de funcionamento do estabelecimento “TABU BAR”. Contém parecer da Guarda Nacional Republicana de Alijó e da Junta de Freguesia de Alijó, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por maioria, com as abstenções do Vereador eleito pelo Partido Socialista, Antónia Joaquim Fernandes e do Vereador eleito pela Movimento MAIS, Miguel Rodrigues, não tendo a vereadora cristina felgueiras participado na discussão e votação, em virtude de ter sido advogada de uma das partes, aprovado o horário nos seguintes termos, e até à aprovação do novo Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do CANCELHO de Alijó:

- *segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira e domingo – até às 24h00*
- *sexta-feira e sábado – até à 01h00 (do dia seguinte)*

O Vereador Miguel Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:

“- A intervenção da Câmara neste domínio é administrativa e atualmente está muito condicionada com a entrada em vigor, no passado mês de março, do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, nos termos do qual o horário de funcionamento destes estabelecimentos passou a ser livre, perdendo as Câmaras a competência que até aqui detinham.

Não obstante, o novo regime legal, designadamente a nova redação atribuída aos arts. 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, permite que os períodos de funcionamento possam ser restringidos pelas Câmaras Municipais, com razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos, devendo para o efeito ser adaptado o regulamento municipal sobre horários de funcionamento.

Considero que o procedimento correto, nesta fase, seria a Câmara Municipal atualizar o seu regulamento em função da nova legislação.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Tendo esta nova legislação entrado em vigor já em março, teve esta Câmara tempo suficiente para atualizar o seu regulamento municipal e no âmbito desse regulamento restringir os períodos de funcionamento dos estabelecimentos, nos casos definidos na Lei.”

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2015/06/19 apresentando um total de disponibilidades 6.547.204,51€ sendo 5.803.192,70€ de dotações orçamentais e 744.011,81€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.

2.2 Presente informação n.º 41 informando que foi necessário proceder à 10.ª modificação aos documentos previsionais de 2015, que se traduz na 7.ª alteração ao orçamento de despesa e 6.ª alteração ao Plano de Atividades Municipais, para tomar conhecimento, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.

2.3 Presente informação n.º 181, referente á cedência da escola primária de Cheires aos Bombeiros Voluntários de Cheires. Contém parecer da Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: maioria com os votos contra do Vereador eleito pelo Partido Socialista, António Joaquim Fernandes e do Vereador eleito pelo Movimento MAIS, Manuel Adérito Figueira e com a abstenção do Vereador eleito pelo Movimento MAIS, Miguel Rodrigues, aprovada a celebração de um protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Voluntários de Cheires, onde conste uma cláusula que ressalve a cedência das instalações à Junta de Freguesia de Sanfins do Douro sempre que necessário.

O Vereador Miguel Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:

“- Pelos documentos apresentados para análise nesta reunião de Câmara, resulta que ambas as entidades – Associação dos Bombeiros Voluntários de Cheires e Junta de Freguesia de Sanfins do Douro – manifestam a vontade de utilização do edifício da antiga escola primária de Cheires.

Estas pretensões não têm necessariamente de ser incompatíveis, cabendo à Câmara Municipal um papel de mediação no interesse destas entidades e das populações da localidade de Cheires e da freguesia de Sanfins do Douro.

Por isso, aqui propus que ambas as entidades fossem convidadas a reunir com o executivo camarário no sentido de procura de uma solução de consenso.

Esta minha proposta foi ignorada pelo Executivo Permanente.”

O Vereador Manuel Adérito Figueira apresentou a seguinte declaração de voto:

“ O seu voto é contra, porque é a favor que o uso das instalações deve-se gerir segundo as normas da Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, porque esta ouviu a Assembleia de Freguesia e porque é quem administra o território.”

O Vereador António Joaquim Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Tendo em conta que há duas instituições a quererem administrar o mesmo edifício, parece-lhe bem que seja feito um protocolo com ambas as entidades:

1. Com a Junta de Freguesia de Sanfins do Douro para administrar o edifício da escola e dar-lhe o melhor uso possível, com a condição de que quando os bombeiros lhe solicitem, o mesmo lhes seja facultado;
2. Que do espaço envolvente seja elaborado protocolo com os bombeiros para a guarda das suas viaturas.



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Doslumbrante Património Natural

Por último, a minha decisão de votar contra suporta-se no princípio de beneficiar as duas instituições. Pretendo desta forma beneficiar os bombeiros e respeitar a decisão tomada em Assembleia de Freguesia de Sanfins do Douro.”

A Vereadora Cristina Felgueiras apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Vota favoravelmente uma vez que:

- o protocolo de cedência visa salvaguardar uma candidatura da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cheires à qual a Assembleia de Freguesia de Sanfins do Douro não se opôs à utilização do referido espaço pelos bombeiros;
- a candidatura vai beneficiar o património do Município e a utilização do espaço pela Junta de Freguesia está salvaguardada.”

O Vereador João Manuel Gouveia da Costa apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Sendo a Escola Primária um edifício degradado e sem utilização e havendo a possibilidade de os Bombeiros Voluntários de Cheires apresentarem uma candidatura para a recuperação do edifício valorizando o património municipal, e tendo em consideração que a Junta de Freguesia, ouvida a Assembleia de Freguesia, não se opõe à utilização do mesmo pelos bombeiros, voto favoravelmente e só para o fim solicitado.”

Nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09:

Presente informação 186, referente ao fornecimento de energia elétrica para as instalações dos Municípios da CIM Douro e afins – 2015 – Aditamento – Fundo de Eficiência Energética, para ratificar, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, ratificado o despacho exarado pelo Vice-Presidente da Câmara datado de 23/06/2015, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09. Foi ainda deliberado submeter à Assembleia Municipal, para aprovação.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 16/07/2015, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, técnico superior da Divisão Administrativa e Financeira desta Autarquia.

O Presidente da Câmara

Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

O técnico superior da Divisão Administrativa e Financeira

Luís Filipe Maneta Carvalho